

Não será pedido corte adicional a estados e municípios

Superávit primário para 2003 é de 4,25% e será apresentado à equipe do Fundo Monetário Internacional, que chega nesta semana

Ayr Aliski*
de Brasília

O governo anuncia hoje as linhas gerais do corte de gastos necessário para atender a nova meta de geração de superávit primário, de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme decidido pelo Ministério da Fazenda na última semana.

A meta anterior estabelecia superávit primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) de 3,75% do PIB para o ano. "A meta deverá implicar uma contenção das despesas públicas, protegendo os gastos prioritários da área social", cita nota distribuída no final da tarde de sexta-feira pelo Ministério da Fazenda para justificar a elevação da meta de superávit.

Em 2002, a meta era obter superávit primário de 3,88% do PIB, mas o setor público atingiu patamar de 3,91%.

Os cortes de gastos públicos para este ano serão conhecidos ao ser apresentado o decreto de ordenamento financeiro (que fixa valores do orçamento da União para todo o ano) pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o que deve ocorrer ainda nesta segunda-feira.

Até agora, havia apenas um decreto orçamentário provisório, liberando os recursos necessários somente para o primeiro mês de administração do novo governo.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, disse que a elevação da meta de superávit primário foi decisão discutida com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que o governo teve absoluta segurança para ampliar o ajuste fiscal.

"Estamos seguros de que uma política fiscal firme só tem impacto positivo. Não favorece bolhas de crescimento, que são limitadas e muitas vezes desarranjam indicadores importantes da economia, mas favorece o crescimento sustentado", disse o ministro da Fazenda.

O aumento da meta, ressaltou, não foi discutida com o Fundo Monetário Internacional (FMI),

mas será assunto das reuniões com a equipe do FMI, que chega ao Brasil esta semana.

"Um quadro fiscal sustentável permite reduzir a pressão sobre o risco país e, por consequência, diminuir a pressão sobre as taxas de juros no médio prazo", diz a nota do Ministério da Fazenda.

Palocci disse que a determinação do governo em realizar a reforma da previdência representa outro pilar na construção da efetiva sustentabilidade das contas públicas.

"A análise da atual relação di-



Bernard Appy

vida/PIB, das condições macroeconômicas vigentes e, especialmente, das perspectivas a médio prazo foram fatores determinantes na escolha da meta de superávit primário", informa a nota da Fazenda.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, explicou que ao ser considerado um PIB de R\$ 1,6 trilhão para 2003, os 4,25% de superávit primário representam valor nominal de R\$ 68 bilhões. Com a meta de 3,75%, o superávit primário seria de R\$ 60 bilhões.

O ministro da Fazenda argumentou que o aumento do percentual de geração de superávit primário não é resultado apenas "das contas", mas trata-se de um efetivo ajuste fiscal.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, observou que, de estados e municípios, não será exigido esforço fiscal além do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do que está determinado nos contratos de refinanciamento de dívidas com a União.

Assim como os cortes necessários, os parâmetros utilizados pela equipe do Ministério da Fazenda para estabelecer o novo índice (como as perspectivas de comportamento dos juros, do câmbio e da inflação) serão divulgados somente hoje, quando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão anunciar um decreto final de planejamento orçamentário para 2003.

O documento distribuído pelo Ministério da Fazenda, na sexta-feira, para explicar o realinhamento das metas fiscais traz alguns sinais de que a equipe econômica projeta um cenário de melhora para alguns indicadores durante os próximos meses.

"A tendência de médio prazo da taxa de câmbio real é de apreciação – visto o câmbio real estar no seu nível mais baixo em mais de 15 anos. As taxas de juros reais – apesar de terem sido recentemente aumentadas para combater a inflação herdada de 2002 – também deverão continuar caindo em relação aos níveis da década passada. Principalmente, o crescimento econômico deverá voltar a níveis bem superiores aos observados em 2001 e 2002", diz a nota da Fazenda.

Segundo Palocci Filho, há expectativa de que a nova meta de superávit primário permita reduzir a relação entre dívida líquida e PIB, que encerrou o ano passa-

do em 55,89%. O otimismo quanto ao futuro da economia, disse Palocci Filho, é reforçado por fatos como a retomada da concessão de linhas comerciais de crédito externas.

Segundo o ministro, o Citigroup, com sede nos Estados Unidos, confirmou, na última semana, que irá rolar a totalidade das linhas abertas ao Brasil e que vencem em curto prazo. Além disso, concederá US\$ 200 milhões para a ampliação das linhas de crédito liberadas para o Brasil.

Palocci disse que na construção da nova meta de superávit primário, de 4,25%, foi considerada a hipótese de haver guerra no Oriente Médio. "Temos um cenário externo bastante complexo. Mas a percepção do momento de guerra já se dá nesse momento", afirmou. Na semana passada o

ministro da Fazenda chegou a desautorizar uma análise feita pelo recém-empossado assessor econômico do Ministério do Planejamento, o economista José Carlos Rocha Miranda. Este disse que o juro bá-

sico teria que subir três pontos, a 28,5%, em caso de uma guerra, além de três meses, entre Estados Unidos e Iraque. (Ver avaliação do Ministério das Relações Exteriores na página A-6).

O senador Romero Jucá (PSDB/RR) criticou a elevação da meta de superávit primário.

Jucá disse que em 2002, quando havia indefinição política por conta das eleições, o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi acusado pelo PT de adotar "decisão neoliberal" ao elevar a meta de 3,75% para 3,88%.

O parlamentar pediu à assessoria técnica do Senado informações sobre a possibilidade de que seja votado um decreto legislativo para impedir a adoção da nova meta. (Ver mais informações sobre a reunião ministerial de hoje na página A-8)

* Colaborou Sônia Cristina Silva

Fazenda prevê
apreciação do
real e queda dos
juros. Linha de
crédito do
Citigroup volta